



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CONCURSO PÚBLICO

6. PROVA OBJETIVA

PROFESSOR II – HISTÓRIA

- ♦ VOCÊ RECEBEU SUA FOLHA DE RESPOSTAS E ESTE CADERNO CONTENDO **50** QUESTÕES OBJETIVAS.
- ♦ CONFIRA SEU NOME E NÚMERO DE INSCRIÇÃO IMPRESSOS NA CAPA DESTE CADERNO.
- ♦ LEIA CUIDADOSAMENTE AS QUESTÕES E ESCOLHA A RESPOSTA QUE VOCÊ CONSIDERA CORRETA.
- ♦ RESPONDA A TODAS AS QUESTÕES.
- ♦ MARQUE, NA FOLHA INTERMEDIÁRIA DE RESPOSTAS, LOCALIZADA NO VERSO DESTA PÁGINA, A LETRA CORRESPONDENTE À ALTERNATIVA QUE VOCÊ ESCOLHEU.
- ♦ TRANSCREVA PARA A FOLHA DE RESPOSTAS, COM CANETA DE TINTA AZUL OU PRETA, TODAS AS RESPOSTAS ANOTADAS NA FOLHA INTERMEDIÁRIA DE RESPOSTAS.
- ♦ A DURAÇÃO DA PROVA É DE **3** HORAS.
- ♦ A SAÍDA DO CANDIDATO DA SALA SERÁ PERMITIDA APÓS TRANSCORRIDA A METADE DO TEMPO DE DURAÇÃO DA PROVA.
- ♦ AO SAIR, VOCÊ ENTREGARÁ AO FISCAL A FOLHA DE RESPOSTAS E ESTE CADERNO, PODENDO DESTACAR ESTA CAPA PARA FUTURA CONFERÊNCIA COM O GABARITO A SER DIVULGADO.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

FOLHA INTERMEDIÁRIA DE RESPOSTAS

QUESTÃO	RESPOSTA				
01	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E
05	A	B	C	D	E

06	A	B	C	D	E
07	A	B	C	D	E
08	A	B	C	D	E
09	A	B	C	D	E
10	A	B	C	D	E

11	A	B	C	D	E
12	A	B	C	D	E
13	A	B	C	D	E
14	A	B	C	D	E
15	A	B	C	D	E

16	A	B	C	D	E
17	A	B	C	D	E
18	A	B	C	D	E
19	A	B	C	D	E
20	A	B	C	D	E

21	A	B	C	D	E
22	A	B	C	D	E
23	A	B	C	D	E
24	A	B	C	D	E
25	A	B	C	D	E

QUESTÃO	RESPOSTA				
26	A	B	C	D	E
27	A	B	C	D	E
28	A	B	C	D	E
29	A	B	C	D	E
30	A	B	C	D	E

31	A	B	C	D	E
32	A	B	C	D	E
33	A	B	C	D	E
34	A	B	C	D	E
35	A	B	C	D	E

36	A	B	C	D	E
37	A	B	C	D	E
38	A	B	C	D	E
39	A	B	C	D	E
40	A	B	C	D	E

41	A	B	C	D	E
42	A	B	C	D	E
43	A	B	C	D	E
44	A	B	C	D	E
45	A	B	C	D	E

46	A	B	C	D	E
47	A	B	C	D	E
48	A	B	C	D	E
49	A	B	C	D	E
50	A	B	C	D	E

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

01. Para Maturana, a tarefa da educação escolar é permitir e facilitar o crescimento da criança, mas, para que isso se realize no âmbito escolar, o professor deve

- (A) considerar a criança na totalidade, como uma personagem para a vida adulta.
- (B) ter o olhar focado apenas no resultado do processo educacional.
- (C) aceitar a criança como um ser legítimo em sua totalidade em cada instante.
- (D) estar atento no adulto de amanhã, ao selecionar o que a criança aprenderá.
- (E) estar centrado na formação técnica da criança como tarefa do processo educacional.

02. Para Morin, o pensamento complexo não é um pensamento que tudo sabe, onisciente, mas um pensamento que sabe que sempre é local e datado num determinado momento. Segundo o autor, esta visão nos leva a compreender o mundo físico como

- (A) uma rede de relações, de conexões.
- (B) uma entidade fragmentada e complexa.
- (C) uma coleção de coisas separadas e incertas.
- (D) uma coleção de coisas relativamente separadas e autônomas.
- (E) um movimento contínuo, indefinível e imensurável.

03. Para o paradigma emergente, o conhecimento não se origina na percepção e na sensação, mas na ação de dentro para fora (endógena) do sujeito sobre o objeto. Tal compreensão nos leva a perceber que, no processo ensino-aprendizagem, a ênfase está

- (A) na instrução e na ampliação do conhecimento.
- (B) nas condições de ensino.
- (C) nas relações humanas.
- (D) na organização do ensino por especialidades.
- (E) na aprendizagem.

04. Segundo Piaget, o Art. 26 da Declaração Universal dos Direitos do Homem, ao prescrever que “a educação deve visar ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e ao reforço do respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais”, não se limita a afirmar o direito à educação, mas também, em que consiste o objeto essencial dessa educação. Para o autor, esse direito refere-se a

- I. formar indivíduos capazes de autonomia intelectual e moral e respeitadores dessa autonomia nos outros;
- II. participar de atividades espontâneas e livres, em um meio social alicerçado na colaboração e na conversão integral das representações coletivas;
- III. frequentar escolas que visam à construção de um raciocínio pronto e de uma consciência moral desperta;
- IV. moldar os indivíduos de acordo com um modelo condizente com as gerações anteriores e capazes de conservar valores coletivos.

São verdadeiras apenas as afirmações contidas em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

05. Zabala afirma que o objetivo do ensino é preparar o indivíduo para ser capaz de dar respostas aos problemas que lhe colocará sua vida pessoal, social e profissional. Para tal, afirma o autor, deve-se fortalecer na escola como conteúdos do ensino

- (A) as disciplinas, com sua complexidade e conhecimento científico.
- (B) as relações interpessoais e intrapessoais.
- (C) os problemas econômicos do mundo globalizado.
- (D) a realidade complexa, seu conhecimento e a atuação nela.
- (E) os conteúdos procedimentais e sociais.

06. Segundo Zabala, o papel da escola consiste na reconstrução, na reelaboração e na ampliação das estruturas do conhecimento cotidiano, por meio de um conhecimento escolar, o currículo, formado por todos os conteúdos de aprendizagem. Nesse sentido, pode-se afirmar que a aprendizagem

- (A) consiste no acúmulo de saberes pelo indivíduo.
- (B) depende das capacidades de quem aprende e de suas experiências prévias.
- (C) é constituída por um conjunto de conteúdos conceituais.
- (D) depende das tecnologias utilizadas no processo.
- (E) consiste na substituição do conhecimento ordinário pelo científico.

- 07.** Identificar cada aluno em seu próprio tempo e estilo de aprendizagem e oferecer-lhe orientação e apoio adequados exige mudança na forma de acompanhamento por parte do professor. Nesse sentido, segundo Hoffmann, a avaliação que se constitui no cotidiano da sala de aula, intuitivamente, sem deixar de ser planejada, sistematizada, é chamada de
- (A) diagnóstica.
 - (B) formal.
 - (C) mediadora.
 - (D) somativa.
 - (E) recapitulativa.
- 08.** Para Zabala, a intervenção pedagógica deve adaptar-se ao processo de construção da aprendizagem do aluno, com situações de ensino e aprendizagem concebidas para superar desafios que possam ser enfrentados pelos alunos e que possam fazê-los avançar sempre. Assim,
- (A) as condições de aprendizagem definem, igualmente, as condições de avaliação.
 - (B) as condições de avaliação definem as condições de aprendizagem.
 - (C) as condições do meio físico definem as condições de avaliação.
 - (D) a proposta da Coordenação Pedagógica é que define as condições de avaliação.
 - (E) a homogeneidade dos agrupamentos de alunos define as condições de avaliação.
- 09.** No contexto de mudanças nas concepções sobre o ensino e a aprendizagem, aparece uma série de visões sobre a avaliação, como o portfólio, que se caracteriza não tanto pelo seu formato físico, mas pela concepção de ensino e aprendizagem que vincula. Nesse sentido, o portfólio tem como função
- (A) organizar os materiais didáticos utilizados pelo professor no desenvolvimento do conteúdo de sua disciplina.
 - (B) arquivar os materiais e trabalhos produzidos pelos alunos durante um período letivo.
 - (C) mostrar aos pais e outras pessoas as produções de seus filhos.
 - (D) permitir ao professor aproximar-se do trabalho dos alunos de maneira pontual e específica.
 - (E) facilitar a reconstrução e a reelaboração, por parte de cada estudante, de seu próprio processo de aprendizagem.
- 10.** O ato de planejar implica escolhas, é uma atividade-meio que subsidia o ser humano no encaminhamento de suas ações e na obtenção de resultados desejados, portanto, orientada por um fim. Acerca do ato de planejar, segundo Luckesi, é correto afirmar que
- (A) é uma técnica neutra de se prever recursos.
 - (B) está fundamentado em opções filosófico-políticas.
 - (C) consiste em definir e relacionar os conteúdos a serem trabalhados.
 - (D) corresponde a estruturar os meios e os recursos a serem tomados no momento de decidir.
 - (E) implica improvisação, principalmente quando os objetivos são difíceis de alcançar.
- 11.** Perrenoud afirma que, em uma equipe democrática, alguns exercem uma forte influência sobre as suas decisões e, nesse caso, têm pouco mérito em aderir a elas, ao passo que outros têm a impressão de se submeter à “lei do grupo” ou de seu líder. A esse respeito, afirma o autor, o que manterá a equipe será
- (A) a amizade entre os participantes.
 - (B) o coleguismo e a empatia entre os membros do grupo.
 - (C) a competição entre seus membros.
 - (D) a existência de competências de regulação.
 - (E) a inexistência de conflitos interpessoais.
- 12.** A avaliação, para assumir o caráter transformador e não de mera constatação e classificação, deve estar comprometida com a promoção da aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos, no entanto as práticas concretas de avaliação desenvolvidas na escola não mudam muito. Segundo Celso Vasconcellos, um dos maiores obstáculos para a mudança da avaliação é
- (A) a escola, que não permite práticas inovadoras.
 - (B) o vestibular, que exige um ensino conteudista.
 - (C) a desvinculação entre avaliação e aprendizagem.
 - (D) o sistema de ensino, que sobrecarrega o professor.
 - (E) a tradição avaliativa já existente: representações, valores e concepções.
- 13.** Celso Vasconcellos afirma que há uma forte relação entre ensino e avaliação, que não dá para ensinar sem avaliar. Afirma também que, para construir o conhecimento, o professor deve avaliar o tempo todo e a primeira coisa a fazer é
- (A) avaliar o conhecimento anterior dos alunos.
 - (B) deixar claro aos alunos o que lhes será ensinado.
 - (C) estabelecer uma forte relação professor-aluno.
 - (D) favorecer as relações interpessoais.
 - (E) marcar com antecedência quando ocorrerão as avaliações.

14. Na concepção construtivista preconizada por César Coll, assume-se que na escola os alunos aprendem e se desenvolvem na medida em que podem construir significados adequados em torno de conteúdos que significam o currículo escolar. Essa concepção oferece ao professor
- possibilidades para desenvolver atividades didáticas que promovam a acumulação de novos conhecimentos por parte do aluno;
 - elementos para o estabelecimento de rotinas de trabalho conjunto das equipes de professores e de assessoramento;
 - critérios para comparar materiais didáticos, para elaborar instrumentos de avaliação, para elaborar unidades didáticas etc;
 - critérios para compreender o que acontece na sala de aula, por que um aluno não aprende ou por que uma unidade não funcionou.
- Está correto o que se afirma em
- I e II, apenas.
 - I e III, apenas.
 - III e IV, apenas.
 - II, III e IV, apenas.
 - I, II, III e IV.
15. Em sua última publicação, *Pedagogia da autonomia*, Paulo Freire apresenta propostas de práticas pedagógicas necessárias à educação como forma de construir a autonomia dos educandos, valorizando e respeitando sua cultura e seu acervo de conhecimentos empíricos e sua individualidade. Ele afirma que
- a transformação da ingenuidade à criticidade se dá automaticamente.
 - o ensino não depende exclusivamente do professor, assim como a aprendizagem não é algo apenas do aluno.
 - o rigor na prática pedagógica não deve levar em consideração a ingenuidade.
 - a liberdade está acima de qualquer limite.
 - ensinar é transferir conhecimento, é criar as possibilidades para a sua produção e construção.
16. Vygotsky atribui grande importância à interação social no processo de construção das funções psicológicas humanas. Assim, a partir da afirmação da existência de dois níveis de desenvolvimento é que o autor define
- o desenvolvimento real de uma criança.
 - o potencial de aprendizagem do indivíduo.
 - o desenvolvimento possível de uma criança.
 - a zona de desenvolvimento proximal.
 - como a criança pode aprender.
17. A compreensão é, a um só tempo, meio e fim da comunicação humana e deve ser, segundo Morin, uma das finalidades da educação do futuro. Para ele, há duas formas de compreensão, a intelectual ou objetiva e a humana intersubjetiva, que se situam nos polos
- planetário – o da compreensão entre humanos;
 - individual – o das relações particulares entre próximos;
 - múltiplo – que estabelece relações ora individuais, ora coletivas;
 - progressivo – que evolui do individual para o coletivo.
- São verdadeiras apenas as afirmações contidas em
- I e II.
 - I e III.
 - I e IV.
 - II e III.
 - III e IV.
18. Os Parâmetros Curriculares Nacionais são referenciais elaborados pelo Governo Federal com o propósito de auxiliar o professor na tarefa de reflexão e discussão de aspectos do cotidiano da prática pedagógica, a serem transformados continuamente pelo professor. Dentre os PCN encontram-se os *Temas Transversais*, constituídos pela Ética, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Saúde e Orientação Sexual. Assim, os Temas Transversais
- constituem disciplinas regulares a serem incorporadas ao currículo.
 - exigem professores especificamente habilitados para ministrá-los.
 - necessitam de uma carga horária definida no currículo para o seu desenvolvimento.
 - constituem um conjunto articulado e aberto de temas a ser priorizado e contextualizado de acordo com as diferentes realidades.
 - estão sujeitos a um desenvolvimento formal, como disciplinas que são, exigindo a avaliação da aprendizagem.
19. A proposta da transversalidade presente nos PCN traz a necessidade de a escola refletir e atuar conscientemente na educação de valores e atitudes em todas as áreas, garantindo que a perspectiva político-social se expresse no direcionamento do trabalho pedagógico. A perspectiva transversal
- parte de uma prática docente bem planejada com a finalidade de se dar conta de todo o programa.
 - exige uma organização curricular flexível para que o professor possa desenvolver os conteúdos em qualquer direção.
 - aponta uma transformação da prática pedagógica, rompendo a limitação da atuação do professor às atividades formais.
 - fundamenta-se na concepção de que o conhecimento considera a realidade como um conjunto de dados estáveis.
 - refere-se a uma abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento.

20. A autonomia refere-se, por um lado, a um nível de desenvolvimento psicológico implicando, dessa forma, uma dimensão individual e, por outro lado, uma dimensão social. Assim, valorizar positivamente a capacidade de questionar e propor mudanças, buscando construir situações didáticas que potencializem tal capacidade e possibilitem o aprendizado de modo a utilizá-lo de forma consequente, responsável e eficaz, refere-se a favorecer no aluno

- (A) o desenvolvimento da liberdade.
- (B) o desenvolvimento da independência.
- (C) a construção da justiça.
- (D) a capacidade de agir.
- (E) a construção da autonomia.

LEGISLAÇÃO

21. “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”, dispõe o Art. 1.º da Lei n.º 9.394, de 20.12.1996, LDB, que estabelece as diretrizes da Educação Nacional e disciplina a educação escolar como aquela que se desenvolve, predominantemente, por meio

- (A) do ensino, em instituições próprias.
- (B) de ações coordenadas, em instituições de qualquer natureza.
- (C) da leitura e da escrita.
- (D) da prática do professor, em instituições formais.
- (E) de atividades cuja preocupação é a aprendizagem.

22. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n.º 9.394/96, estabelece que a educação tem por finalidade o desenvolvimento pleno do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, sendo dever da família e do Estado. Afirma ainda que o ensino será ministrado com base em alguns princípios. Dentre eles, podem-se citar

- I. igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola;
- II. garantia de vagas nas escolas;
- III. liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- IV. gestão democrática do ensino em todas as escolas.

São verdadeiras apenas as afirmações contidas em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

23. Dentre os grandes destaques da LDB atual, apontados pelos educadores, encontram-se a descentralização, a democratização e a participação. Neste sentido, tal lei estabelece que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino. A seguir estão listadas algumas competências da União, dos Estados e Municípios enumeradas na LDB:

- | | |
|---------------|--|
| 1. União | a. assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidos; |
| 2. Estados | b. oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas e, com prioridade, o ensino fundamental; |
| 3. Municípios | c. assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem; |
| | d. coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação. |

A associação correta entre as duas colunas é a expressa por

- (A) 1a; 2b; 3c.
- (B) 1a; 2b; 3d.
- (C) 1c; 2d; 3b.
- (D) 1d; 2b; 3c.
- (E) 1d; 2c; 3b.

24. A Lei Federal n.º 9.394, de 20.12.2006, estabelece que a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. Em relação ao ensino fundamental, é correto afirmar que

- (A) constitui a primeira etapa da educação básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança.
- (B) deve ser organizado no regime de progressão regular por série, adotando a progressão e a avaliação do processo de ensino-aprendizagem contínuas.
- (C) tem por objetivo a formação básica do cidadão, com duração mínima de 8 (oito) anos, sendo obrigatório e gratuito.
- (D) inicia-se aos 6 (seis) anos de idade, tem duração de 9 (nove) anos, é gratuito na escola pública e tem por objetivo a formação básica do cidadão.
- (E) poderá ser ministrado em qualquer língua, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

25. A LDB estabelece que a educação especial, para os efeitos da lei, é uma modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. Estabelece ainda, que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais
- I. currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
 - II. vagas nas escolas regulares de ensino fundamental, tanto na rede pública quanto na particular;
 - III. acesso privilegiado aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular;
 - IV. professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado.
- São verdadeiras apenas as afirmações contidas em
- (A) I e II.
 - (B) I e III.
 - (C) I e IV.
 - (D) II e III.
 - (E) III e IV.
26. No Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal n.º 8.069/90, a separação entre criança e adolescente se baseia apenas no aspecto ligado à idade, não se levando em consideração o psicológico e o social. Assim, para os efeitos dessa Lei, considera-se
- I. criança a pessoa até doze anos de idade incompletos;
 - II. criança a pessoa cursando até o 5.º Ano do ensino fundamental;
 - III. adolescente a pessoa entre doze e dezoito anos de idade;
 - IV. adolescente a pessoa cursando do 6.º ano do ensino fundamental à 3.ª série do ensino médio.
- São verdadeiras apenas as afirmações contidas em
- (A) I e II.
 - (B) I e III.
 - (C) I e IV.
 - (D) II e III.
 - (E) III e IV.
27. Pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, ECA, toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes. Dessa forma, o poder familiar será exercido
- (A) apenas pela mãe.
 - (B) apenas pelo pai.
 - (C) pelo pai e pela mãe, apenas quando residam sob o mesmo teto.
 - (D) por qualquer adulto, membro da família.
 - (E) em igualdade de condições, pelo pai e pela mãe.
28. As medidas de proteção à criança e ao adolescente, previstas na Lei Federal n.º 8.069/90, são aplicáveis sempre que seus direitos forem ameaçados ou violados por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável ou em razão de sua conduta. Nesse caso, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas:
- I. encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
 - II. orientação, apoio e acompanhamento temporários;
 - III. matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
 - IV. acolhimento institucional.
- São verdadeiras as afirmações contidas em
- (A) I e II, apenas.
 - (B) I e III, apenas
 - (C) I, II, III e IV.
 - (D) II e III, apenas.
 - (E) III e IV, apenas.
29. O Conselho Tutelar é um órgão público municipal, de caráter autônomo e permanente, cuja função é zelar pelos direitos da criança e do adolescente, conforme os princípios estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, ECA. É atribuição do Conselho Tutelar
- (A) encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou do adolescente.
 - (B) proceder a busca e apreensão de crianças, adolescentes ou pertences dos mesmos.
 - (C) emitir autorização para que a criança ou o adolescente possa viajar ou participar de desfiles.
 - (D) expedir autorização de guarda para que outra pessoa possa assumir a responsabilidade pela criança ou adolescente.
 - (E) aplicar penalidades administrativas nos casos de infrações contra norma de proteção à criança ou ao adolescente.
30. O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal n.º 8.069/90, dispõe sobre os direitos que lhes são assegurados e institui o Conselho Tutelar, órgão encarregado de zelar pelo cumprimento desses direitos. Nesse sentido, quando a escola percebe casos de maus-tratos envolvendo crianças e adolescentes, o fato deve ser comunicado ao Conselho Tutelar pelo(a)
- (A) inspetor de aluno.
 - (B) orientadora educacional.
 - (C) coordenadora pedagógica.
 - (D) dirigente do estabelecimento.
 - (E) professor do aluno.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. Ambos os grupos dizem que deve prevalecer a opinião da maioria dos cidadãos. Concedamos, porém, não inteiramente; sendo duas as partes que constituem a cidade: os ricos e os pobres, o que deve prevalecer é aquilo em que concordem uns e outros ou a maioria; no caso de opiniões contrárias, prevalecerá a dos mais numerosos e cuja propriedade é maior (...), deverá prevalecer a opinião do grupo cujas propriedades somadas alcancem a cifra mais alta. E, se há empate, (...) haverá que se recorrer ao sorteio ou a outro expediente semelhante.

(Aristóteles – *Política*. In: José Geraldo V. de Moraes. *Caminhos das civilizações – História integrada geral e do Brasil* – p. 56)

Considerando as possibilidades de trabalho em sala de aula, o fragmento do texto de Aristóteles (384 – 322 a.C.), pode ser utilizado para

- I. abordar princípios e fundamentos debatidos na democracia ateniense;
- II. observar que os conceitos de justiça e equidade social permearam o conjunto da obra desse filósofo;
- III. compreender características do conceito de cidadania do período retratado;
- IV. analisar semelhanças e diferenças em relação aos princípios norteadores da democracia em outros períodos e lugares.

Está correto, apenas, o contido em

- (A) III.
- (B) I e II.
- (C) I, III e IV.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

32. Um lento processo de mudanças no campo vinha se manifestando na Inglaterra do século XV ao XIX, que contribuíram para o desencadeamento da Revolução Industrial. Dentre essas mudanças, pode-se destacar

- (A) a desconcentração da propriedade privada da terra, possibilitando o fortalecimento da produção de matérias-primas fornecidas tanto para a nascente indústria como para o consumo do mercado interno.
- (B) o processo de coletivização das pequenas propriedades, por meio de decreto governamental, provocando o êxodo dessas populações para o trabalho nas monoculturas de algodão das colônias americanas.
- (C) a reforma agrária promovida pela Coroa, por força das disputas internas entre grupos opostos, provocando, assim, o fortalecimento da ala ligada à burguesia industrial em detrimento da aristocracia rural.
- (D) a participação da Inglaterra em sucessivos conflitos bélicos, em diferentes frentes, que acabou por provocar o enfraquecimento da economia inglesa de base agrícola, promovendo, por outro lado, o poder crescente da burguesia comercial.
- (E) o processo de “cercamentos”, fazendo com que praticamente desaparecessem as pequenas propriedades, dando origem a grandes propriedades para criação de gado de lã destinada à indústria manufatureira.

33. (...) ao falarmos de Europa Medieval tratamos quase sempre de França, Inglaterra, Alemanha e Itália. Outra seria a Europa (...), segundo nos interessaria mais saber, a Europa Ibérica. Descolonizar o ensino de História significa, portanto, reconhecer identidades em geral deixadas por nós em segundo plano. Desse modo, repensar o ensino da Idade Média implica, em primeiro lugar, na reflexão sobre a propriedade de continuarmos a transferir conhecimentos relativos a uma Europa que, na verdade, se restringe à parte ocidental (...).

(José R. Macedo. *Repensando a Idade Média no Ensino de História*. In: Leandro Karnal. *História na sala de aula*)

De acordo com o texto, uma forma de contribuir para “descolonizar o ensino de História” desse período é

- (A) a exclusão do estudo de regiões que não condizem com a clássica definição dos conceitos fundamentais utilizados para a compreensão da Idade Média.
- (B) a relativização da importância da Idade Média, procurando dar maior ênfase à história do Ocidente, apenas a partir do ingresso do Brasil em seu raio de ação.
- (C) a transferência da tecnologia adquirida pelas modernas investigações históricas, para que o professor a utilize em seu trabalho na sala de aula.
- (D) a inclusão do estudo da Idade Média na Península Ibérica, por estar vinculada de forma mais direta ao universo cultural e histórico do Brasil.
- (E) o reconhecimento de semelhanças e diferenças entre as partes ocidentais e orientais da Europa, de maneira a ampliar as possibilidades de uso do livro didático.

34. Considere os textos a seguir:

- I. [os integrantes desse grupo] encaravam as lutas por reivindicações imediatas como simples instrumento da grande ação revolucionária. Além disso, a obtenção de conquistas deveria ser feita sem o auxílio do Estado e mesmo contra o Estado. Qualquer vantagem assegurada em lei poria em risco os objetivos do movimento operário. Adversários do marxismo, eles assumiam, entretanto, ao pé da letra, a afirmação de Marx de que a emancipação dos trabalhadores cabia aos próprios trabalhadores.

(Boris Fausto, *História do Brasil*)

- II. [para esse grupo] o indivíduo livre precede o Estado, que se constitui por meio de um pacto realizado entre os indivíduos, para uma melhor convivência (individualismo). Assim, o Estado deve apenas guardar essa ordem pactuada através das leis, intervindo o mínimo possível na vida dos cidadãos (...), tanto na vida do cidadão como nas relações econômicas.

(José Geraldo V. de Moraes, *Caminhos das civilizações*)

Os textos I e II referem-se, respectivamente, ao conjunto de ideias que compõem

- (A) o socialismo utópico e o comunismo.
- (B) o comunismo e o anarquismo.
- (C) a social-democracia e o socialismo utópico.
- (D) o anarquismo e o liberalismo.
- (E) o liberalismo e a social-democracia.

35. Por que é um conteúdo importante a ser tratado em sala de aula? Porque diz respeito a acontecimentos que marcaram o século XX com consequências e desdobramentos até os dias de hoje. Também porque é um bom gancho para se apresentar e discutir:

- a ideia (...) da ruptura história (a História é um processo, mas que sofre rupturas. Há fatos históricos que mudaram a ordem mundial);
- os desenvolvimentos políticos, sociais e culturais de países inseridos no contexto mundial (sem deixar de lado a discussão, sempre relevante, sobre o lugar dos sonhos de igualdade e justiça social nos corações e mentes do tempo presente);
- exemplos de revolta contra a ordem estabelecida e de tentativa de reconstrução social (...).

(Jaime Pinsky e Carla B. Pinsky. In: *História na sala de aula*)

Fazem parte do conteúdo destacado pelo texto

- (A) o Apartheid e a Comuna de Paris.
- (B) a Revolução Russa e a Revolução Cubana.
- (C) a Revolução de Beckman e a Ação Integralista Brasileira.
- (D) a Primeira Internacional Socialista e o Consenso de Washington.
- (E) a Proclamação da República no Brasil e a Revolução de 1930.

36. Artigo 5. As Partes concordam que um ataque armado contra uma ou várias dentre elas, sobrevindo na Europa ou na América do Norte, será considerado como um ataque dirigido contra todas as Partes e, conseqüentemente, concordam que, se tal ataque se produzir, cada uma delas, no exercício do direito de legítima defesa, individual ou coletiva (...) assistirá a Parte ou Partes assim atacadas, tomando imediatamente (...) a medida que julgar necessária, inclusive o emprego da força armada, para restabelecer e garantir a segurança na região (...).

(In: José Geraldo V. de Moraes, *Caminhos das civilizações*)

O fragmento faz parte de documento, firmado em 1949, que é conhecido como

- (A) Pacto de Varsóvia, congregando os países temerosos de um ataque nuclear advindo dos países comunistas.
- (B) Comecon – Conselho Econômico que, apesar do nome, tratava-se de um pacto militar entre os países da “cortina de ferro”.
- (C) Conferência de Ialta, em que se reuniram representantes dos principais vencedores da Segunda Guerra Mundial.
- (D) Doutrina Truman, em que os EUA financiariam a reconstrução dos países europeus destruídos pela guerra.
- (E) OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte, para fazer frente aos países do Bloco Socialista.

37. Em 1985, Mikhail Gorbatchev assumiu o poder da URSS e o comando do Partido Comunista, com propostas de reformas econômicas – *Perestroika* – e políticas – *Glasnost*. Fizeram parte dessas propostas

- (A) a desestatização progressiva das empresas e o incentivo à iniciativa privada.
- (B) o fortalecimento dos órgãos planejadores e a abertura para o capital estrangeiro.
- (C) a implantação da economia de mercado e a nacionalização dos meios de produção.
- (D) a liberdade de imprensa e a aceleração do processo de coletivização da propriedade rural.
- (E) o retorno das antigas lideranças ao funcionalismo público e a privatização do comércio.

38. No século XIX, os EUA partiram para a expansão de suas fronteiras, recorrendo a diferentes medidas. Dentre elas, o processo que possibilitou a incorporação de milhões de km² ao seu território foi

- (A) o estabelecimento de tratados comerciais e de não-agressão, principalmente com o México e o Canadá.
- (B) a compra de territórios pertencentes à Inglaterra, além da disputa pelo Alaska, que pertencia à URSS.
- (C) a conquista do Sudoeste, por intermédio das guerras que foram provocadas contra a Holanda e a França.
- (D) a Marcha para o Oeste, consistindo em um violento massacre de nações indígenas, incentivado pelo Estado.
- (E) a assinatura de acordos diplomáticos com a França e a Espanha, obtendo territórios em troca do apoio militar.

39. A Revolução Mexicana, iniciada em 1910, foi uma grande rebelião social, que contou com forte participação popular, liderada por Emiliano Zapata e “Pancho” Villa. Sobre esse movimento, está correto afirmar que

- (A) as rebeliões camponesas espalharam-se por várias partes do país, movidas pelas questões de posse da terra; Zapata defendia a devolução das terras às comunidades indígenas e a nacionalização da economia mexicana.
- (B) com a posse de “Pancho” Villa, que assumiu o poder com franco apoio do governo dos Estados Unidos, os camponeses arrefeceram em sua luta pela reforma agrária, pois se sentiram traídos por suas principais lideranças.
- (C) a elite mexicana, temerosa com os rumos populares assumidos pelo movimento, aceitou acordo político com os rebeldes, intermediado pela França, acatando parte das reivindicações camponesas referentes à devolução das terras indígenas.
- (D) o governo dos Estados Unidos procurou manter posição de neutralidade em relação aos conflitos que estavam ocorrendo, em razão da política de não-intervenção nos países da América Latina, preconizada pelo Plano Marshall.
- (E) as principais reivindicações foram formuladas para atender aos interesses dos grandes proprietários de terras, a exemplo de “Pancho” Villa, principal opositor de Porfírio Díaz, posto que houve pouca participação camponesa no movimento.

40. Existe nesses relatos [escritos por cronistas, viajantes e padres da época colonial] uma diferenciação entre índios com qualidades positivas e índios com qualidades negativas (...). Por exemplo, os aimorés, que se destacaram pela eficiência militar e pela rebeldia, foram sempre apresentados de forma desfavorável. De acordo com os mesmos relatos, em geral, os índios viviam em casas, mas os aimorés viviam como animais na floresta. Os tupinambás comiam os inimigos por vingança; os aimorés, porque apreciavam carne humana. Quando a Coroa publicou a primeira lei em que se proibia a escravização dos índios (1570), só os aimorés foram especificamente excluídos da proibição.

(Boris Fausto, *História do Brasil* – p. 38)

A diferenciação citada no texto pode ser atribuída ao fato de os

- (A) tupinambás se encontrarem em estágio cultural mais avançado que os aimorés.
 - (B) jesuítas terem feito o trabalho de catequese somente com os aimorés.
 - (C) aimorés serem os únicos que estabeleceram contato efetivo com os brancos.
 - (D) tupinambás estarem mais próximos dos núcleos colonizadores.
 - (E) aimorés terem oferecido forte resistência à dominação colonial portuguesa.
41. Hei por bem ordenar que todas as fábricas, manufaturas ou teares de tecidos, ou de bordados de ouro e prata, de veludo, brilhantes, cetins e tafetá (...); excetuando tão-somente aqueles ditos teares e manufaturas que tecem ou manufaturam fazendas grossas de algodão, que servem para o uso e vestuário dos negros, para enfardar e empacotar (...); todas as demais sejam extintas e abolidas em qualquer parte onde se acharem nos meus domínios do Brasil.

(Alvará de 1785, *Dona Maria I, rainha de Portugal*.
In: Circe Bittencourt, *Ensino de História: fundamentos e métodos*)

Está correto afirmar que este documento faz parte do contexto histórico relacionado

- (A) ao absolutismo europeu e seus desdobramentos econômicos e políticos nas colônias americanas.
- (B) às origens do despotismo esclarecido que extinguiu a aplicação da política mercantilista nas colônias.
- (C) à Revolução Liberal do Porto, em que a burguesia exigia a recolonização do Brasil e o retorno do pacto colonial.
- (D) às estratégias de repressão aos movimentos de libertação, principalmente à Conjuração Baiana.
- (E) à ascensão do Marquês de Pombal como homem forte da Coroa para as questões econômicas.

42. Observe a imagem.



(Jean Baptiste Debret, *O colar de ferro – castigo dos fugitivos* – 1835.
In: PCN – *História*)

Considerando os princípios norteadores que compõem os Parâmetros Curriculares Nacionais – História, esta imagem pode ser utilizada em sala de aula, visando analisar com os alunos as seguintes abordagens:

- I. por se tratar de uma obra de arte, a inclusão de seu estudo nas aulas possui, portanto, caráter ilustrativo e não de um documento histórico do período;
- II. a observação dos elementos que compõem a pintura para estudar a temática do trabalho e do cotidiano no Brasil Colonial;
- III. pesquisa sobre o artista, qual sua história e a época em que a obra foi produzida, como forma de compreender o contexto de sua produção;
- IV. a pintura é um retrato do estágio de atraso cultural em que se encontravam os negros no Brasil, em consequência de suas raízes africanas.

Está correto, apenas, o contido em

- (A) II.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) III e IV.
- (E) I, II e III.

43. Ao saírem pelas ruas de Salvador, os africanos fizeram o maior barulho possível para acordar e chamar mais escravos para o combate (...). Durante o combate, os rebeldes não atacaram a população, nem provocaram roubos, saques ou incêndios nas residências particulares. O alvo dos africanos ficou concentrado nas forças públicas. (...) Os africanos organizadores do levante eram muçulmanos e, no momento da revolta, carregavam amuletos com orações do Alcorão (...).

(Regiane A. de Mattos, *História e cultura afro-brasileira*)

O texto se refere ao movimento ocorrido em 1835, conhecido como

- (A) Sabinada.
- (B) Cabanagem.
- (C) Guerra dos Emboabas.
- (D) Revolta dos Malês.
- (E) Revolta do Vintém.

44. Observe as imagens, a seguir.

I.



(<http://www.universohq.com>)

II.



(<http://www.brasilecola.com>)

III.



(<http://www.uff.br>)

IV.



(<http://www.salvemaria.org.br>)

Para ilustrar os grupos sociais que atuaram na revolta ocorrida no Maranhão, conhecida como Balaiada (1838-1840), estão corretas as imagens contidas em

- (A) II, apenas.
- (B) I e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

45. Para a criação de um sentimento nacional era necessário, portanto, desenvolver a ideia do Brasil como pátria de todos, de criar um sentimento de unidade, de saber pertencente não apenas ao seu estado, mas de todas as partes do território. E essa tarefa tornou-se central para muitos intelectuais que entendiam perfeitamente a importância da escola para o sucesso da empreitada. (...) Por essa trilha, foi sendo construída uma galeria de heróis nacionais que passaram a ser cultuados em festas cívicas de rituais cuidadosamente preparados. Vários estudos historiográficos, principalmente os relacionados à história da disciplina, já mostraram a construção de heróis nacionais, notadamente a figura contraditória de Tiradentes.

(Circe Bittencourt, *Identidade nacional e ensino de História do Brasil*. In: Leandro Karnal, *História na sala de aula* – p. 194)

A concepção de História do Brasil a que o texto se refere foi construída

- (A) no final do período colonial.
- (B) no Primeiro Reinado.
- (C) na Primeira República.
- (D) no Estado Novo.
- (E) nos governos da ditadura militar.

46. Veja só

A minha vida como está mudada
Não sou mais aquele
Que entrava em casa alta madrugada
Faça o que fiz
Porque a vida é do trabalhador
Tenho um doce lar
E sou feliz com meu amor
O Estado Novo veio para nos orientar
No Brasil não falta nada
Mas precisa trabalhar.

(Ataulfo Alves e Felisberto Martins, *É negócio casar*)

Analisando a letra dessa canção, gravada em 1941 por Ataulfo Alves, podem-se observar aspectos relacionados ao contexto histórico de sua época, dentre os quais

- (A) a denúncia das condições precárias a que trabalhadores estavam submetidos.
- (B) a exaltação ao trabalho, à legislação trabalhista e a Getúlio Vargas.
- (C) a valorização da “maladrangem”, como contraponto à exploração capitalista.
- (D) o fortalecimento dos sindicatos operários e a supervalorização de seus líderes.
- (E) a ampla liberdade de expressão artística e de criação da cultura popular.

47. A economia brasileira comandada pelos tecnocratas, com Delfim Netto à frente, parecia que finalmente começava a integrar o país no seleto grupo dos países desenvolvidos. Esse novo quadro econômico provocou a queda da inflação e o crescimento do PIB – acima de 10% ao ano – e isso foi suficiente para que a propaganda oficial do governo anunciasse a concretização de um “milagre econômico”. Esse “milagre” durou de 1969 a 1973.

(José Geraldo V. de Moraes, *Caminhos das civilizações*)

O contexto descrito no texto foi, dentre outras razões, favorecido

- (A) pela guerra de Yom Kipur, no Oriente Médio, fator que desencadeou a crise internacional do petróleo.
- (B) pela adesão do Brasil a novos tratados comerciais com países emergentes do Bloco Socialista.
- (C) pelo desenvolvimento social obtido por intermédio do fortalecimento do mercado interno e da exportação.
- (D) pelo projeto político de bem-estar social implementado nos moldes executados pelos EUA e pela Inglaterra.
- (E) pela ampla disponibilidade de recursos externos e franco crescimento da dívida externa brasileira.

48. Chamada de “Constituição Cidadã”, a nova Carta Magna [1988] representa uma referência legal indubitável para a luta em torno da afirmação histórica dos direitos humanos em nosso país (...).

(Marco Mondaini, *Direitos Humanos. In: C. Pinsky, Novos temas nas aulas de História*)

Dentre os fatores que corroboram essa afirmação, encontram-se os seguintes aspectos, até então, inéditos na história política e constitucional do Brasil:

- (A) reconhecimento aos direitos políticos das nações indígenas; pluripartidarismo.
- (B) extensão de direitos sociais às chamadas minorias; *habeas-data*.
- (C) existência de direitos e deveres coletivos e individuais; sufrágio universal e secreto.
- (D) voto facultativo para a Terceira Idade; liberdade religiosa e de associação.
- (E) direito ao cidadão para impetrar mandado de segurança; eleições diretas.

49. O território joseense foi inicialmente ocupado por uma fazenda de pecuária, criada oficialmente a partir da concessão de sesmarias, por volta de 1.590, a pedido de padres jesuítas. (...) A classificação como fazenda de gado foi um artifício usado pelos jesuítas para ocultar dos bandeirantes uma missão catequética, que recebeu o nome de “Aldeia de São José do Rio Comprido”.

(www.sjc.sp.gov.br)

Dessa forma, está correto afirmar que as origens de São José dos Campos estão diretamente relacionadas ao contexto

- (A) da Contra-Reforma.
- (B) da Guerra dos Cem Anos.
- (C) da Revolta de Beckman.
- (D) do Despotismo Esclarecido.
- (E) da Revolução Gloriosa.

50. Considere as informações históricas acerca do município de São José dos Campos, a seguir, como pontos para iniciar um trabalho envolvendo outras disciplinas escolares.

- I. A pecuária leiteira começou a ser introduzida com mais intensidade, nas primeiras décadas do século XX, e vem se mantendo com relativa importância para a economia de São José dos Campos até a atualidade.
- II. No início do século XX, o município passou a ser procurado para o tratamento de tuberculose, devido às condições climáticas supostamente favoráveis.
- III. Em razão da condição de Estância Climatérica e Hidromineral, o município pôde manter eleições diretas para prefeito, mesmo durante o período do Estado Novo e da ditadura militar.
- IV. A criação do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE consolidou São José dos Campos como um polo científico e tecnológico, viabilizando a instalação de empresas nacionais de base tecnológica nos ramos aeroespacial, bélico e eletrônico, dentre outros.

Está correto o contido em

- (A) I, apenas.
- (B) IV, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.